

Algumas impressões sôbre a Administração brasileira

ESTANISLAU FISCHLOWITZ

Técnico especializado em Previdência Social

(Conferência pronunciada em 10 de abril último, no auditório do Palácio do Trabalho, sob o patrocínio da Divisão de Aperfeiçoamento do D.A.S.P.).

É COM profunda emoção que me aproveito desta primeira e talvez, infelizmente, última oportunidade para falar-vos, caros amigos e colegas do D.A.S.P. Com efeito, passei convosco um ano e meio de trabalho e nunca me poderei esquecer dêsse inesperado, breve, mas, para mim, tão interessante, tão instrutivo e, ao mesmo tempo, tão agradável período da minha vida dêste lado do Atlântico. O modo por que todos me acolheram neste ambiente de tanta cultura, idealismo e franca colaboração, no momento mais trágico da minha existência, quando, por assim dizer, no decurso de uma semana, perdera, na minha Pátria, tudo, moral e materialmente, ficará gravado na minha memória com um raio lúcido de solidariedade humana, boa vontade e espírito de camaradagem, contrastando tão fortemente com a atmosfera prevalente neste sombrio trigésimo ano da guerra quase contínua de trinta anos. Deixando o D.A.S.P., peço-vos considerar-me sempre como colega que se sentirá feliz em poder ser-vos útil em qualquer lugar onde o levarão, durante o presente conflito, os seus deveres a serviço de seu país e do nosso comum esforço de guerra. Os nossos interesses e os nossos ideais, as nossas idéias a respeito do mundo de após-guerra são idênticos; servindo à Polônia, continuarei, portanto, a servir ao Brasil, também.

Para prevenir, de antemão, quaisquer desapontamentos e equívocos a respeito desta minha palestra, desejo tornar bem claro que não pretendo fazer hoje conferência científica ou para-científica. Não citarei nenhum autor, evitarei qualquer definição, não discutirei quaisquer teses controversas em torno da moderna administração, sujeita, hoje em

dia, a modificações tão revolucionárias em consequência inevitável das transformações de alcance oniplanetar que está sofrendo o mundo inteiro no clima específico da presente catástrofe. Muito mais modesto é o meu propósito. Quero apenas, na qualidade de funcionário da administração social polonesa e, em parte, da administração internacional — que, depois de ter mantido, durante 18 anos, estreitos contatos com a administração de quase todos os países da Europa, teve o ensejo de trabalhar nesta repartição tão diferente de tudo aquilo que viu na sua vida — resumir algumas impressões subjetivas que colhi a respeito da reforma da administração pública brasileira e da sua personificação: seu promotor e executor — o D.A.S.P. Devido à falta de tempo, proponho-me a fazê-lo, sem qualquer preparação, sem sistematizar, observando apenas e rigorosamente, como o fiz sempre, ao trabalhar no D.A.S.P., os requisitos de absoluta franqueza e sinceridade que me impõe o profundo respeito pelo vosso trabalho. O que me habilita a atacar, dentro de limites estreitos e de modo tão despretensioso, êste problema não é, evidentemente, alguma competência funcional ou intelectual que possa ter, mas simples e unicamente o meu ponto de vista de observação: o fato de ter eu colaborado, além de nos serviços públicos da Polônia — no setor da administração da política social que, apesar do seu breve funcionamento, foi muito bem organizada, considerada mesmo como modelar — ainda, passagieramente na administração francesa e outras, o que, mediante confrontos e comparações, proporciona, sem dúvida alguma, excepcionais oportunidades de penetração no assunto.

Falarei a respeito do D.A.S.P. Mas será possível fazê-lo sem tentar defini-lo, pelo menos de modo geral? Que é o D.A.S.P.? Confesso que, apesar de todos os esforços envidados nesse sentido, não consegui engavetar o D.A.S.P., equiparando-o, em mente, a qualquer órgão da administração pública que conheço, teórica ou praticamente. E', a meu ver, mais fácil provar maior aproximação do assunto, eliminando negativamente certas hipóteses, acertando o que o D.A.S.P. não é.

Assim, de qualquer maneira, não é o que preceitua a Constituição no art. 67, colocado no Capítulo dedicado à elaboração orçamentária, reduzindo destarte de modo artificial o papel destinado a este órgão. Os deveres do D.A.S.P., previstos, fora as funções orçamentárias, limitam-se apenas a:

“a) o estudo pormenorizado das repartições, departamentos e estabelecimentos públicos, com o fim de determinar, do ponto de vista da economia e eficiência, as modificações a serem feitas na organização dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público” (Art. 2.º do Decreto-lei n.º 579, de 30-VII-938).

Ora, a distância percorrida pelo D.A.S.P. nesses seis anos é tão grande que torna as suas bases constitucionais inteiramente obsoletas, fato, aliás, tão comum na história das cartas constitucionais quando elas pretendem entrar demasiado em detalhes da estrutura administrativa.

O D.A.S.P. não é, também, exclusivamente, órgão encarregado da reforma dos quadros do pessoal público, não é uma espécie de “Civil Service Commission”.

Contrariamente ao que se possa supor, não se encontra, ao que eu saiba, na organização do serviço público estrangeiro, nada, absolutamente nada, que possa ser considerado como paralelo desta original criação do pensamento administrativo brasileiro.

Evidentemente, estas características de ordem pura e simplesmente negativa não são capazes de orientar-nos bastante a respeito da natureza constitucional, administrativa e jurídica desta célula

central do organismo administrativo da União. Não tentaremos, entretanto, ir adiante, à procura de qualquer definição rígida e artificial. Não o achamos aconselhável, tanto mais quanto a classificação definitiva de uma entidade, claramente sujeita a evolução, que não pára diante dos seus próprios fundamentos, seria obra ingrata. O Brasil atravessa, como o mundo inteiro atualmente, um período de revoluções econômico-sociais sem precedentes. Tudo leva a crer que o fim do gigantesco conflito bélico presente será seguido por mudanças cujo alcance podemos dificilmente imaginar. Não voltaremos nunca ao clima de 1939, às idéias e aos fatos desse ano, que parece já pertencer à prehistória do mundo contemporâneo. O D.A.S.P., a sua posição dentro dos quadros da moderna administração brasileira, não pode também, por sua vez, ser apreciado de modo abstrato, sem referência às condições tão variáveis que, diante do admirável surto do país, tornaram falhas tôdas as características do Brasil encontradas nos manuais e monografias publicados ainda há cinco anos atrás. Não é, portanto, a meu ver, muito interessante, em relação a este órgão — o seu presente — mas sim — o seu futuro — o fim a que o conduzirá a evolução espontânea do Novo Brasil. Que me seja permitido formular modestamente uma opinião pessoal a respeito do rumo desta evolução, embora não possa, naturalmente, aduzir argumento algum em abono da minha tese.

O pressuposto do meu raciocínio é a manutenção da forma presidencial (“tipo americano”) do regime constitucional brasileiro, o que — se não me engano e, seja-me permitido acrescentar, graças a Deus — é considerado ponto pacífico, evidentemente sem embargo das demais características político-sociais que acompanham esta forma de governo e que podem variar infinitamente.

Digo “graças a Deus” porque, a meu ver, esta forma constitucional possui a enorme vantagem de poder conciliar as amplas bases democráticas com os requisitos do poder executivo forte, tão imprescindíveis à administração da moderna economia nacional dirigida. Ora, o que se me afigura como necessidade lógica, inevitável à eficiência deste regime, é a existência, ao lado do Presidente da República, de um órgão central coordenador, e através do qual o supremo poder da nação poderá imprimir a sua orientação econômica, social, política, a todos os ramos da administração pública.

Em vários países "presidenciais" êste órgão — a Presidência da República, num sentido diferente, muito mais substancial do que a repartição com a mesma denominação nos quadros do atual panorama brasileiro, desempenha, muitas vêzes, as mesmas funções que *mutatis mutandis* cabem, nos regimes republicanos "presidenciais", à chamada Presidência do Conselho de Ministros. Acredito que o D.A.S.P. se acha em vias de transformação, de órgão encarregado na sua fase inicial quase que exclusivamente da reforma de um elemento da administração — pessoal — e da coordenação da proposta orçamentária, para êsse mais amplo, mais importante órgão governamental.

De que dependerá o resultado final de tal evolução do D.A.S.P. ? Julgo que, entre as várias condições, destaca-se a melhor ou pior qualidade do seu trabalho.

Estará êle, de fato, à altura da tarefa de incomparavelmente maior responsabilidade que a do seu campo inicial de atividade ?

Parece-me que sim, sobretudo devido à sua composição pessoal, à seleção particularmente feliz e acertada do seu quadro. Creio sinceramente que, mesmo entre os regimes de administração pública considerados na Europa central como mais eficientes, não encontrei, lotados numa única repartição pública, tantos elementos de grande cultura geral e administrativa, com conhecimentos tão amplos e, *last but not least*, tanta dedicação ao trabalho, como no D.A.S.P. Tenho aqui em mente, como "segundum comparationis", não tanto a jovem administração da Polônia, que atingiu um grau de aperfeiçoamento bastante elevado em vários ramos — como p. ex. na administração dos seguros sociais e da Inspetoria de Trabalho — mas a administração tãda particular do *Civil Service Britânico* e da Alemanha pré-hitleriana, administração simples, eficiente e barata, com relativamente pequenas turmas de administradores, muito bem especializados e muito bem pagos. Esta minha admiração pelas qualidades virtuais intrínsecas dos quadros daspeanos estende-se não sòmente aos meus chefes imediatos e companheiros de trabalho na Seção de Assistência e Previdência e na Divisão de Estudos, como também a todos os outros com os quais os meus contactos eram mais escassos e episódicos, mas cuja atuação tive oportunidade de observar com grande cuidado e interêsse.

Não resta a menor dúvida que essa excelente seleção do pessoal daspeano se deve, sobretudo, ao sistema de concursos, sistema incontestavelmente de autoria dêste órgão. A idéia do concurso para ingresso no serviço público não é, evidentemente, nova. Talvez sem paralelos, e nova, seja a sua rigorosa e absoluta aplicação. Os franceses dizem que não se pode apreciar a árvore senão pelo fruto. O sistema brasileiro de concursos, examinado segundo os seus resultados concretos, é realmente bom, correspondendo, de modo geral, às previsões dos seus autores.

Não posso, porém, abrindo um parêntesis, calar aqui certas restrições que me inspiram algumas modalidades da sua aplicação. A razão de ser do concurso, para a entrada inicial no serviço público, parece-me incontestável. Não se faz notar, entretanto, em determinadas categorias, uma hipertrofia de concursos com todos os seus inconvenientes tão prejudiciais à marcha normal do expediente ? Como tive ensêjo de observar num instituto para-estatal, repartições inteiras, de importância vital, costumam transformar-se freqüentemente, por várias semanas, no específico "clima" de concursos, em verdadeiras academias de arte matemática e filologia.

Afinal de contas, ninguém ainda conseguiu provar, de modo convincente, que a melhor, mais eloqüente defesa de tese sôbre o interstício do direito funcional, ou a elaboração da mais fascinante monografia sôbre o caráter jurídico dos descontos em fôlha de pagamento, habilita o autor para postos dirigentes da administração pública — "administração-técnica" e não "administração-disciplina". Não posso deixar de pensar que a redação de um pequeno e simples decreto — que dê solução feliz a alguma dificuldade prática e que não suscite dúvidas quanto à interpretação e aplicação, nem fique sujeito posteriormente às numerosas alterações da máquina legislativa, hoje em dia tão inflacionista por tãda parte — ou que a simplificação, aceleração e barateamento do expediente num modesto pôsto de saúde ou numa delegacia de impostos — representam melhor prova das qualidades administrativas do servidor do que os mais brilhantes e originais trabalhos teóricos que possa apresentar em tôrno do assunto. O rendimento na "produção" dos serviços públicos é, em última análise, segundo meu modo de ver, o único e verdadeiro critério das qualidades do administrador,

do mesmo modo que, na economia privada, a eficiente e lucrativa "business administration" — e não o conhecimento das abstratas doutrinas da economia — predestina indivíduos para postos de direção, administrativos ou técnicos. Do mesmo modo como, no campo de batalha, acontece tantas vezes que a simples praça é promovida a oficial, por atos de eficiência guerreira, sem se levar em conta os conhecimentos que possa possuir a respeito dos estratosféricos princípios da estratégia, devia haver no serviço civil, cada vez menos burocrático, com responsabilidades cada vez maiores, idênticas possibilidades, não somente de promoção, como também de passagem de uma categoria para outra.

Quanto ao pessoal do D.A.S.P., ainda duas observações marginais. O D.A.S.P. é, desde já, o Estado Maior da administração pública brasileira. Ora, como é sabido, não são admitidos ao estado maior oficiais que não tenham passado pelo serviço em diversas tropas: artilharia, infantaria, engenharia. A mesma regra não se poderia aplicar com proveito ao Estado Maior do serviço público? Um estágio obrigatório num dos diversos setores da administração poderia, a meu ver, constituir modalidade interessante da preparação do servidor ao trabalho em graus médios ou altos da hierarquia daspeana.

Convém não confundir esta idéia com outra, semelhante. O denominador comum das principais dificuldades da administração pública brasileira é, sem dúvida alguma, a imensa magnitude territorial do país, com enorme variedade de condições próprias a diversas regiões. Com efeito, parece-me que o trabalho nos órgãos centrais da administração brasileira passaria a ser incomparavelmente mais produtivo, menos teórico, mais fundamentado pelo exato conhecimento das condições econômicas, sociais e administrativas deste país-continente, se fôsse mais fomentado, mediante diversas vantagens e favores, o aperfeiçoamento do funcionário daspeano, pelo trabalho em repartições locais situadas em diversas regiões do país, fonte insubstituível das observações e raciocínios do jovem candidato ao trabalho administrativo.

Parece-me que, preparados assim mediante trabalho anterior em determinados setores da administração, em repartições, se possível, afastadas da Esplanada do Castelo, os futuros administradores deste grande país aproveitariam depois, com muito

maior êxito, suas eventuais viagens de estudos ao estrangeiro, o mais eficaz e promissor instrumento de aperfeiçoamento de candidatos aos altos postos da administração nacional. Nada de mais instrutivo a êsse respeito do que o estágio regular no serviço público fora da pátria. O meu trabalho no D.A.S.P. não teve, por motivos óbvios, êste caráter; confesso, porém, que aprendi aqui, no prazo de 17 meses, mais do que durante os vários anos de tôda a minha carreira pública. Não me refiro só ao conhecimento do Brasil; é com profunda vergonha que admito que as minhas idéias a respeito do vosso grande e admirável país, quando desembarquei, eram tão inexatas, tão alheias à realidade quanto, p. ex., as opiniões de um leitor da editora Calvino Filho a respeito de um país da Europa oriental e Ásia setentrional. Não concordava eu com vários estrangeiros que tinham dúvidas se não iriam, por acaso, encontrar, nas ruas da mais linda Capital do mundo, uma pitoresca onça de que tanto tinham ouvido falar. Sabia distinguir, o que também é tão raro na Europa, entre as Capitais da Argentina e do Brasil. Quantas opiniões erradas trouxe porém comigo, na minha modesta bagagem de refugiado de guerra! Mas tudo isso não é culpa exclusiva dos europeus. Como é sabido, a propaganda do Brasil, propaganda moderna, informativa, científica, foi, até pouco tempo atrás, mais um programa do que realidade. Recordo-me que as mais inexatas opiniões a respeito do Brasil que ouvi na minha vida foram-me dadas por um funcionário do serviço oficial brasileiro no estrangeiro... Não é, todavia, verdade o que tinha observado com tanto acêrto, um representante da cultura latina: "Dieu, mème, a besoin de clochers dans ses églises..."?

O estágio na administração estrangeira dá-nos mais, muito mais do que o conhecimento do respectivo país, enquanto são, naturalmente, observadas duas condições preliminares quanto à escolha para êste determinado país: 1) deve-se tratar, evidentemente, dum país cuja administração apresente padrão geral alto, acima da média; e 2) só pode ser aproveitado com verdadeira vantagem, por outro lado, o estágio em país cujas condições econômico-sociais não contrastem demasiadamente com as do país em que a experiência adquirida pelos estagiários venha a ser aplicada.

Por tôda a sua natureza, o trabalho em órgãos da administração internacional — como p. ex. o

Bureau Internacional do Trabalho, com o seu perfeito sistema de estágios para funcionários dos diversos países, inclusive brasileiros — oferece, a êste respeito, oportunidades muito superiores ainda, nem sempre aproveitadas como o poderiam ser.

*

* *

A administração do Brasil é muito difícil e complexa. Tudo leva a crer que essas dificuldades não tenderão a diminuir com o decorrer do tempo, apesar do admirável surto do país, ou aumentarão, talvez, justamente em virtude dos processos que acompanham sempre a emancipação econômica e o progresso cultural das nações. E' verdade que neste país não existe a principal dificuldade característica dos países europeus, que provém da resistência dos administrados. Com efeito, é minha firme convicção que, como "objeto" da administração, dificilmente se pode imaginar população tão plástica e maleável como a brasileira. O "moral", a "ética administrativa" parece-me incomparavelmente superior no Brasil do que alhures; o risco de burlas da lei e de fraudes, menor do que na Europa. Não sei se me engano, mas estaria disposto a atribuir a maior responsabilidade pelas deficiências da administração aos próprios administradores e, principalmente, a um de seus traços, característico e original, que se me afigura como principal "handicap" no caminho rumo à modernização completa dos serviços públicos brasileiros. Refiro-me aqui ao individualismo do funcionário brasileiro, que salta aos olhos em confronto com os seus colegas estrangeiros. Êste espírito individualista parece-me dificilmente compatível, não sòmente com as exigências normais da disciplina — algumas vêzes observava eu, com grande surpresa, que uma providência inspirada nessa idéia era interpretada no ambiente dos servidores como antidemocrática, antihumana, até ditatorial... — como também, o que é muito mais grave, com requisitos do trabalho coletivo em turmas, grupos devidamente coligados entre si e entrosados. O funcionário médio brasileiro, graças à sua inteligência e espírito de independência — no meu modo de ver e recorrendo novamente à linguagem militar — é ótimo guerrilheiro e excelente franco-atirador, mas nem sempre, no mesmo grau, "efficient" componente do *team* da estratégia coletiva, combinada, com participação concertada de tôdas as armas. Foi com sincera e franca admiração que

tive oportunidade de observar de perto o grande sucesso alcançado pelo D.A.S.P., a propósito da reforma do regime de vencimentos. Êste notável êxito seria inimaginável sem a organização modular do trabalho coletivo, sem a participação ativa das várias células, sem a boa divisão de trabalho entre elas, sem bons planos estratégicos e boa tática. Tenho, porém, a impressão de que tais êxitos em outros setores da administração sejam relativamente raros.

O processo da racionalização da administração brasileira encontra, além disso, nas atuais características do pessoal do serviço público, um outro obstáculo, muito sério e grave. Tenho em mente a falta de formação definitiva da profissão do servidor. A verdadeira "profissionalização" do funcionalismo, com a subsequente criação do seu "esprit de corps", motor tão poderoso do progresso da administração pública, não me parece compatível, em tese, com as acumulações, hoje tão frequentes com os empregos particulares, com o regime de tempo não integral. Êsses males são, por sua vez, conseqüência, até certo ponto inevitável, da remuneração insuficiente do servidor, que o obriga a procurar fontes de renda fora do serviço público. Em que ponto pode ser quebrado, do melhor modo, êsse "círculo vicioso"? Atacando-se o regime de horário? Ou mediante simples restrições destas restrições? Ou, talvez, antes pela reforma do próprio sistema de vencimentos no sentido do seu aumento — combinada com outras simultâneas providências administrativas — à procura de economias no custo do pessoal, que poderiam, em parte, compensar as despesas daí decorrentes? Não sei. Compete aos técnicos de administração, que o D.A.S.P. possui tão brilhantes, a resposta a esta pergunta.

Além dessas dificuldades de ordem mais ou menos subjetiva, com as quais se defronta a nova administração brasileira, contribuem para tornar a sua tarefa mais árdua, diversos fatores de caráter objetivo de muito maior monta: as distâncias, dificuldades de trânsito, alfabetização incompleta, condições higiênicas e, quanto ao panorama econômico, a passagem brusca do regime de economia de monocultura semi-colonial ao regime de economia de policultura, com crescente industrialização, com cada vez maior intervencionismo econômico e social, esta revolução pacífica a que só com atrasos e resistências se adapta a mentalidade do *homo eco-*

nomicus brasileiro. Executada nessas condições tão pouco propícias, a reforma da administração brasileira pode apontar com orgulho certos êxitos que, ao estrangeiro recém-desembarcado no Brasil, parecem verdadeiros milagres. O panorama administrativo do Brasil, país de grandes contrastes, não pode, evidentemente, ser senão cheio de contrastes também. Há aqui vales profundos ao lado das altas montanhas. Quais são, p. ex., as grandes conquistas administrativas que podem servir de modelo para todos os países do mundo, inclusive aos mais adiantados? Vou mencionar, além do próprio D.A.S.P., somente três: 1) o sistema tributário no que diz respeito, p. ex., ao impôsto de renda; 2) o admirável, mais completo do que em qualquer país do mundo e assentado em excelentes bases técnicas, regime do salário mínimo; e 3) o I. R. B., incontestavelmente a melhor, absolutamente original, economicamente impecável solução do resseguro, no sentido da sua estatização na defesa dos legítimos interesses do mercado nacional contra a exploração pelo capital estrangeiro. Um vez acabado o presente conflito, teremos que imitar por tôda parte, na Europa Central, o bom exemplo que nos foi dado, nesta matéria, pelo Brasil.

A reforma da administração brasileira é uma tarefa de longo alcance. Não me podiam passar despercebidas as resistências que encontra o realmente difícil e ingrato trabalho do D.A.S.P. nesse sentido. Elas não podem, porém, a meu ver em grande parte, ser interpretadas senão como prova da eficiência da sua ação remodeladora, como natural reação das velhas tradições dos costumes de comodismo e passivismo. Graças a Deus, essas resistências não são, no Brasil, tão fortes como p. ex. na França, onde a velha burocracia conseguiu com êxito sabotar a obra de renovação e remodelação da administração pública, iniciada, aliás, com grande atraso, antes da segunda guerra mundial, contribuindo assim, grandemente, para o colapso da França em 1940. Só o D.A.S.P. improdutivo não seria criticado. Está certo; o Departamento Administrativo do Serviço Público não está isento de erros — como todo organismo vivo e ativo. Não é infalível e não afirma sê-lo. Isso não invalida, porém, o seu papel positivo de reorganizador da administração pública. Sei quantas críticas desperta o formalismo daspeano, a sua preferência por regras rígidas e imutáveis no trabalho

funcional, o que eu chamaria “o clima do relógio do ponto”. Não posso negar que foi com estranho constrangimento que me aproximei, pela primeira vez na minha vida de funcionário, dêste aparelho que só conhecia na indústria. Acredito firmemente, porém, no elevado papel educativo dessas providências — embora aparentemente não tão claro — sob o ponto de vista da regularidade do trabalho, da pontualidade, da ordem.

Os resultados dos sistemáticos trabalhos executados pelo D.A.S.P., no sentido de reformar a administração brasileira, não podem aparecer integralmente antes do decurso de vários anos. Creio que em face da nova situação do Brasil e do mundo, êsses trabalhos serão prosseguidos num ritmo acelerado.

Não entraremos, sem dúvida alguma, com o fim vitorioso da presente guerra, num período paradisíaco milenar. Só as nações fortes, bem organizadas, conseguirão manter vitoriosamente e desenvolver mais a sua posição no seu respectivo “espaço vital”. Os problemas de após-guerra, que se delineiam hoje em dia, só vagarosamente impressionam e intimidam pela sua complexidade sem precedentes. Não dispomos ainda, no quinquagésimo sexto mês da guerra, de planos para a organização de um “mundo melhor”, ao passo que na primeira guerra mundial, depois de três anos, já haviam sido proclamados os 14 pontos de Wilson. Sim, sabemos que encontrará o seu fim vergonhoso o fascismo, o inimigo número um da humanidade. Mas a derrota de Berlim e Tóquio significará, de fato, o fim do totalitarismo em tôdas as suas formas? Supondo-se que a democracia sairá vitoriosa dos campos de batalha, isto implicará, por si só, a vitória de todos os países, grandes, médios e pequenos. Como e quando voltará a economia aos seus métodos de produção pacífica? Com o fracasso da tentativa alemã de conquistar o domínio do mundo, acabarão tôdas as agressões, tôdas as tendências imperialistas, tôdas as veleidades de “world leadership” política ou econômica. Uma das poucas coisas que parecem certas é o triunfo definitivo dos princípios do progresso social.

Da primeira guerra mundial resultou a instauração dos seguros sociais obrigatórios, conhecidos somente em 2 ou 3 países até 1918, a promulgação do dia de trabalho de 8 horas e várias outras providências da legislação social trabalhista, apli-

cáveis, entre as duas guerras mundiais, só ao assalariado, ou, mesmo, só aos operários.

Tudo leva a crer que a segunda guerra mundial contribuirá para a ampliação e transformação muito mais substancial e profunda da política social, que visará dora em diante a proteção do conjunto da população, organizando, a seu favor, um vasto sistema da "segurança social", no sentido dos planos Beveridge, Marsh, Wagner e vários outros, inclusive a "socialização da medicina" e orientação familiar dos regimes de remuneração. A política social não continuará, no futuro, como setor à parte das atividades do estado moderno, separado dos demais domínios da atuação do Estado, mas, sim, inspirará tôdas as outras esferas da política econômica, demográfica, etc.

Na conferência de Filadélfia da Organização Internacional do Trabalho, a que terei a honra de assistir dentro em pouco, será realizada a internacionalização do Plano Beveridge, serão indicadas as modalidades sociais de passagem da economia de guerra à economia de paz. Salvo êsse setor, não se vê, por enquanto, quais serão as bases da futura organização econômica e política do mundo que ressurgirá desta terrível catástrofe que estourou no solo da minha desgraçada Pátria. O Brasil, país de grande futuro, o único representante da cultura latina que sairá da presente guerra intacto, vitorioso, com posição ainda muito mais reforçada em confronto com o seu lugar no mundo de 1939, não se acha isolado dos destinos da humanidade; êle compartilhará integralmente da evolução dêste planeta, tão interdependente hoje como nunca o foi em tôda a sua história.

Como o mundo de 1939 não ressurgirá jamais, também a técnica de administração pública de

antes da guerra deverá sofrer um processo de renovação profunda, com deveres e responsabilidades cada vez maiores nos sistemas de economia dirigida nacional ou — quem o sabe? — talvez internacional. O estudo dos problemas de após-guerra, administrativos e outros — do qual, ao que se saiba, contrariamente à situação em quase todos os demais países, não foi encarregado no Brasil nenhum órgão central — poderá constituir talvez objeto da atenção da elite do funcionalismo brasileiro.

Agradeço-vos pela atenção com que assististes a esta palestra, pronunciada numa linguagem infelizmente tão pouco parecida com vosso admirável vernáculo.

Recordo-me, a êste propósito, de um triste episódio relacionado com o início da minha carreira no terreno internacional, quando, em 1927, chefiando uma delegação polonesa, cheguei a Berlim para negociações com o govêrno alemão. Para a solene inauguração, preparei um discurso em alemão, mobilizando febrilmente para êste efeito todos os meus conhecimentos literários desta língua. Qual não foi minha tristeza quando, depois dêste laborioso e cansativo discurso, veio cumprimentar-me meu "partenaire" que me disse muito ter gostado da minha eloquência, que naturalmente não compreendera nem uma palavra, acrescentando que ficara impressionado, sobretudo, pela inesperada afinidade etimológica entre o polonês e o alemão. Êle estava convencido de que eu falara em polonês...

Tenho medo que no fim desta palestra ouça alguns comentários a respeito das analogias filológicas entre o polonês e o português...